

Câmara inicia processo para julgar Maria Helena

Juvenal Pereira/AE

Vereadores aprovaram por unanimidade a comissão que pode cassar vereadora

MARCUS LOPES

Em uma hora, a Câmara Municipal deu início ao processo que pode determinar a cassação do mandato da vereadora Maria Helena (PL). Por unanimidade, os 43 parlamentares presentes à sessão de ontem acataram a denúncia formulada pelo departamento jurídico da Casa e aprovaram a formação de uma comissão processante.

Dos sorteados para integrar a comissão, cinco são da bancada governista e dois da oposição. São eles: Ana Maria Quadros (PSDB), José Mentor (PT), Celso Cardoso (PPB), Paulo Frange (PTB), Aurelino de Andrade (PFL), Archibaldo Zancra (PL) e Luiz Paschoal (PTB).

A comissão será instaurada oficialmente amanhã, quando será publicada no *Diário Oficial*, e em 90 dias deve apresentar um relatório que será apreciado pelo plenário. Para a cassação do mandato da vereadora serão necessários 37 votos.

Na denúncia, Maria Helena é acusada de quebra de decoro parlamentar decorrente das investigações realizadas pelo Ministério Público Estadual (MPE) e pela Polícia Civil. Ela é suspeita de participação de uma tentativa de extorsão contra o vereador Salim Curiati Júnior (PPB), no ano passado. Também é acusada de reter par-



Vereadores discutem em plenário o futuro de Maria Helena: decisão tomada em apenas uma hora

BANCADA
GOVERNISTA
É MAIORIA
NO GRUPO

te dos salários de funcionários de seu gabinete.

O destino de Maria Helena estava selado antes do início da sessão. Em uma reunião realizada no início da tarde, líderes de todos os partidos decidiram pela apresentação da denúncia, que foi assinada pelo presidente da Casa, Armando Mellão (PMDB).

Decisão política – Parlamentares que participaram da reunião lembraram que a decisão foi motivada pela aproximação das eleições e o medo de a vereadora acusar outros parlamentares em possíveis esquemas de irregularidades administrativas.

“Diante das evidências dos fatos, a Câmara não tinha como se furtar do seu dever”, disse a líder do PT, Aldaíza Sposati. “É necessário coragem para a investigação, até para levantar a moral da Casa.”

“A vereadora terá todo o direito a defesa”, disse Mellão, que não participou da votação por ter apresentado a denúncia. Curiati e Viviani Ferraz (PL) também não votaram. Curiati alegou o fato de ser citado na denúncia e Ferraz lembrou que participa de outro processo contra Maria Helena, aberto no ano passado, quando ela teria ameaçado dar-lhe um tiro na disputa pela Administração Regional da Freguesia do Ó.

Frange afirmou que o fato de a situação estar em maioria na comissão não vai interferir na

condução dos trabalhos. “Nesse caso somos juízes.”

Integrantes da comissão que não quiseram se identificar admitiram que o julgamento deve ser político, em razão da proximidade das eleições.

O processo, segundo os parlamentares, também deve ser mais rápido do que os que julgaram os ex-veredores Vicente Viscome e Maeli Vergniano, cassados no ano passado, e José Izar (PFL), que acabou absolvido. A previsão é que em 50 dias o relatório seja apreciado pelo plenário.

Hoje serão definidos o relator e o presidente da comissão. Os trabalhos devem começar na próxima semana, quando começarão a ser convocadas as testemunhas de defesa e acusação de Maria Helena.